

# UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO LAÇO CONJUGAL

*Lidia Levy de Alvarenga*  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*  
*Universidade Santa Úrsula*

Toda escolha de objeto de amor tem na sua base um movimento pulsional que visa reencontrar o objeto perdido, portanto, o objeto amado é escolhido, numa operação narcisista, em referência ao objeto de desejo. Há uma lógica nas condições do amor norteando o estabelecimento de laços conjugais.

O amor, consequência da insatisfação estrutural, insatisfação frente ao próprio ego, impele o ser humano na busca de ideais e cria uma ilusão de continuidade, cria a ilusão de encontrar na realidade o objeto que satisfaria o desejo. Neste sentido, a escolha amorosa pode ser uma tentativa, através do outro, de busca da completude. Assim é que, quando o outro possui determinado traço representativo do objeto perdido, parecendo responder, em sua realidade, às exigências fantasmáticas que constituem as "condições do amor", o sujeito movimenta-se em sua direção.

Podemos ainda afirmar que todo laço social é marcado por uma tensão, um mal estar. Os impasses na relação com o outro provém, segundo Freud (1930), de uma tensão entre duas forças: Eros, movimentando-se no sentido de criar e manter laços sociais e Tanatos, movimento primário no sentido do desligamento. É, no entanto, este movimento de obstáculo ao vínculo que possibilita o estabelecimento de diferenças, impedindo que o sujeito se perca no outro. Se, para não adoecer, é necessário investir o objeto, o excesso de vínculo acaba por apagar as diferenças.

Não se trata de afirmar que a conjugalidade restringe a individualidade, mas de entender a operação narcisista na base da escolha do objeto de amor. Enquanto alguns laços conjugais assumem

a forma de relações fusionais, outros não impedem a manutenção da existência de duas subjetividades.

O parceiro de um laço conjugal será objeto de amor quando a relação estabelecida incluir a alteridade, ou objeto de paixão quando pouco importa sua existência como sujeito.

A paixão, articulada tópicamente ao ego ideal, funciona a partir das leis do processo psíquico primário e provoca um empobrecimento do ego e a anulação da experiência de alteridade. Num movimento regressivo, o sujeito toma a si próprio como modelo tendendo a estabelecer uma relação fusional, caracterizada pela repetição de padrões infantis. Tais relações, que incitam ao gozo narcísico, são marcadas por tentativas de submeter o parceiro na esperança de uma vivência de plenitude e pelo ressentimento decorrente das frustrações inevitáveis em função desta impossibilidade.

Sempre haverá uma modalidade de narcisismo implicada no amor, mas as relações estabelecidas ao nível do ideal do ego adquirem uma dinâmica progressiva; na busca de satisfação, o ideal é colocado fora do sujeito, de modo que há o reconhecimento simbólico de um ideal que transcende ao sujeito e o movimenta. A capacidade de cada cônjuge de organizar-se estruturalmente num registro de ideal do ego remete à sua capacidade sublimatória. Desejo e amor coexistem sem que, necessariamente, o amor impeça a mobilidade do desejo.

Mesmo que as relações organizadas no registro do ego ideal e as organizadas no registro do ideal do ego coloquem, em última instância, o objeto como suporte do narcisismo e do desejo do sujeito, as relações entre dois sujeitos não são exclusivamente narcísicas, nem devem ser consideradas apenas pela sua dimensão imaginária. Mesmo construído sobre uma ilusão, o laço conjugal não se estabelece necessariamente enquanto uma relação dual.

Apesar do narcisismo referir-se a uma relação do sujeito com sua imagem, esta constitui-se na relação com o outro, de modo que a economia narcísica não exclui a presença do objeto, nem o parceiro da relação é apenas uma projeção do sujeito.

A intersubjetividade, que implica sempre num terceiro elemento, permite repensar a relação conjugal por um outro ângulo, como um laço estabelecido por dois sujeitos desejantes. O outro é

um sujeito que, também através de uma operação narcisista e por fatores determinantes de sua história psíquica, encontra condições que favorecem o laço conjugal.

O sujeito sempre buscará no outro o reconhecimento, sendo assim, na relação conjugal há uma expectativa de que cada parceiro reafirme a imagem que o outro tem de si mesmo. O cônjuge objetiva seu narcisismo ao apoiar sua libido no parceiro, dele esperando a confirmação de seu ser e de sua forma de amar.

Por um lado, reforça-se a idéia de que o parceiro de uma relação conjugal é, de certo modo, um instrumento a serviço do narcisismo do sujeito; mas, por outro lado, quando um casal se forma, para que cada cônjuge tolere as peculiaridades do outro faz-se necessária uma limitação de seus narcisismos. O movimento de buscar no outro um suporte para o próprio narcisismo ou o reconhecimento da sua subjetividade esbarra num outro sujeito que, por sua vez, faz limite ao narcisismo do primeiro; ambos demandam o que o outro não tem e se confrontam com a própria castração.

Lévi-Valénsy (1962) comenta que, enquanto o diálogo psicanalítico caracteriza-se por uma assimetria radical, única possibilidade do sujeito expressar sua verdade, os diálogos "cotidianos", que supõem uma simetria, são diálogos precários, muitas vezes perigosos, pela reciprocidade do jogo de afetos e pela necessidade de afirmação de dois egos tirânicos. Algumas verdades não podem ser ditas pois a tolerância do parceiro tem um limite que acaba provocando uma queixa constante de que não se é compreendido.

No texto de Aulagnier (1979) a reciprocidade, no que limita a dependência de um eu em relação ao outro, é necessária para a manutenção de qualquer relação amorosa e para a preservação da autonomia dos investimentos narcísicos. A reciprocidade associada à alteridade, impede que o potencial conflitivo presente em toda relação significativa torne-se destrutivo.

Para entender seus argumentos sobre a economia da relação amorosa e sobre a reciprocidade, é fundamental considerarmos três termos: o eu que investe; a relação pensada ou o outro pensado, pois os objetos da realidade só podem ser investido através da mediação

do pensamento (o eu que investe possui uma representação psíquica do amado e uma representação de sua relação com este, tal como é pensado); o outro eu, referente real do eu pensado.

Partindo destes três termos, Aulagnier enfatiza que a relação amorosa assegura um suporte para a libido nos momentos de ausência do outro real, ou seja, do corpo habitado pelo outro eu. Por menores que sejam os momentos de identidade entre o prazer esperado e o prazer obtido e, por mais fugazes os momentos de encontro entre o representante psíquico e o objeto na cena da realidade, estes são fundamentais para o investimento das representações durante a ausência do objeto. Sem dúvida o encontro pensado aproxima-se mais do encontro desejado do que do encontro real.

Por um lado, qualquer coisa que venha a ser conhecida pelo ego deve ser metabolizada em representações, por outro, esta instância só pode amar ou pensar se encontra na realidade externa um referente real para seu pensamento. Na cena da realidade, deve haver pelo menos um eu, que continue a investir o primeiro, para que este mantenha seus investimentos.

O eu precisa ser desejado, investido, para se constituir como tal, assim como, é fundamental um "reabastecimento" permanente na manutenção de qualquer vínculo. A demanda do eu, quer seja ela de prazer, de amor ou de reconhecimento, exige uma satisfação na realidade, exige resposta na presença do outro real.

O eu não ignora a exterioridade do outro, pelo contrário, há uma exigência de comunicação, daí Aulagnier concluir que as causas de ruptura e conflitos no casal estão frequentemente referidos ao silêncio dos parceiros, a suas dificuldades de falar ao outro.

Se o amor é o protótipo das relações simétricas, a paixão é o protótipo das relações assimétricas. O amor implica em que cada um seja reconhecido pelo outro, tanto como fonte de prazer quanto como possuidor de uma capacidade privilegiada de provocar sofrimento. Simetria não significa, para Aulagnier, medir o investimento de cada um por "Kilos de libido", nem a exigência de uma mesma qualidade de prazer para ambos os parceiros; no entanto, cada um dos eus deve ser para o outro, entre vários objetos possíveis, um objeto privilegiado para suas demandas de prazer.

A paixão, bem como a relação mãe-bebê e a relação do psicótico com o outro que lhe garante a existência da realidade, caracteriza-se pela assimetria. O objeto da paixão é percebido como todo poderoso, a ele nada falta, não tem necessidade de um outro eu; fonte exclusiva de todo prazer e de todo sofrimento é o único que pode satisfazer às exigências do apaixonado.

Na mesma linha de Freud e de Aulagnier, Rosolato (1969) afirma que no amor o objeto toma o lugar do ideal do ego; o amor aspira a reciprocidade e adquire valor de descoberta. Já a paixão impossibilita a reciprocidade porque o outro está sobrecarregado de projeções: o ego ideal recai sobre o objeto impedindo qualquer participação deste.

A relação passional não apenas anula as diferenças como também anula o outro sujeito. A relação amorosa, por sua vez, mantém um ideal de reciprocidade e não exclui momentos de paixão. Uma relação entre sujeitos oscilará entre momentos de assimetria e momentos de simetria, na medida em que sempre haverá uma assimetria básica impedindo a manutenção constante da reciprocidade, assimetria esta indicativa de que qualquer encontro é momentâneo.

Em Freud, o que garante a relação entre dois sujeitos, apesar da desarmonia inerente ao sujeito, é a ordem simbólica implicada no complexo de Édipo, organizador da subjetividade. As condições do encontro têm a castração como pano de fundo e o objeto é reencontrado no lugar de uma perda originária. A partir desta perspectiva os pólos da relação são dois sujeitos divididos e não objetos totais.

Em Totem e Tabu (1914), Freud trabalha as relações do sujeito com o social, mostrando que o estabelecimento das fronteiras entre o interdito e o permitido organiza o desejo. Uma dimensão transcendental, portanto, organiza o sujeito como ser cultural, de modo que a estrutura que o precede não deve ser confundida com as relações sociais em sua realidade empírica. Torna-se impossível pensar o intrapsíquico fora do campo alteritário.

Defendendo uma outra posição, teóricos das relações de objeto como Balint (1977) enfatizam um movimento inerente ao ser

humano em busca da vinculação e a idéia do indivíduo como um todo integrado. Um amor primário e complementar é a mola propulsora de qualquer relacionamento. Baseados no modelo diádico entendem que, através de um processo de maturação e dos cuidados maternos, o indivíduo diferencia-se dos demais e, como uma unidade, é capaz de trocar com o meio, estabelecendo relações recíprocas.

Neste sentido, a noção de indivíduo pode ser aproximada do conceito de ego, responsável pela ilusão de unicidade que vem se opor ao caos pulsional, contrapondo-se à noção de subjetividade, caracterizada pela divisão estrutural do psiquismo e pela falta na origem do desejo. A relação conjugal será compreendida diferentemente quer partamos de uma relação entre sujeitos, quer partamos de uma relação entre indivíduos, quer enfoquemos o sujeito do desejo ou o indivíduo da relação.

O termo intersubjetividade, quando utilizado por teóricos das relações de objeto ou por aqueles que valorizam as relações interpessoais, adquire um sentido radicalmente diferente daquele explicitado neste artigo. Diferença esta evidenciada em trabalhos como o de Lebovici (1990) que, ao explicar sua compreensão da noção de intersubjetividade, afirma serem as experiências sensoriais e emocionais vividas, inicialmente, de modo interpessoal e interativo, de modo que, "o nascimento da intersubjetividade" ocorreria apenas a partir do sexto mês; ou seja, quando nasce o sentimento de que o que se vivencia no plano sensorial e emocional refere-se também ao que ocorre fora de si. Para Lebovici, a intersubjetividade é um conceito limítrofe entre o campo relacional e o campo intrapsíquico, conceito essencial para compreender os movimentos no sentido da vinculação e da desvinculação. Não se trata de uma dimensão que transcende o sujeito, mas de algo que ocorre na relação mãe-bebê, permitindo a este último romper a unidade simbiótica e distinguir-se progressivamente.

Ao estudar a relação amorosa entre indivíduos, Winnicott (1982) valoriza tanto as relações de objeto internalizadas quanto o comportamento do objeto tal como se apresenta na realidade externa; sua atenção volta-se para o interjogo entre mundo interno-mundo externo. Além disso, Winnicott postula uma capacidade inata para o amor e para o estabelecimento de vínculos.

As diferenças teóricas entre estes autores e o modelo freudiano, pautado no complexo edípico, remetem a diferentes leituras da conjugalidade.

Um modelo diádico diminui radicalmente a importância da função paterna e valoriza o pré-édipo enquanto lugar de referência das condições objetais. Além disto, a possibilidade de encontro com o objeto de amor vem contrapor-se ao desencontro que, segundo Freud, marca as relações humanas.

Por este modelo, a conjugalidade é referida à relação mãe-bebê e são estudadas suas consequências no imaginário do indivíduo; ou seja, constrói-se uma teoria da conjugalidade que enfatiza a importância das experiências precoces no estabelecimento do vínculo conjugal e na complementaridade que ali se instala. Em consequência, a relação conjugal pode ser pensada como um veículo possível para a integração e a maturação. Parte-se da premissa de que o ser humano precisa sentir-se contido e buscar fora de si algo que lhe restabeleça a continuidade; sendo assim, a conjugalidade possui uma função natural de continente psicológico e a relação conjugal pode ser um campo favorável de crescimento, desde que os cônjuges contenham-se mutuamente.

Segundo Berger (1988), o casamento é uma das relações sociais que oferece ao indivíduo uma espécie de sentido à sua vida. Cada indivíduo exige uma “validação constante” de sua identidade e de seu lugar no mundo, de modo que o casamento é entendido como um encontro que possibilita uma “redefinição” de dois seres.

Uma outra diferença básica é a de que, se partimos de um modelo diádico, o casal é resultado de um estado amoroso, descrito por Ruffiot (1984) como a fusão de dois psiquismos; ou seja; o funcionamento psíquico próprio do estado amoroso implica na perda dos limites do ego, numa regressão a um narcisismo ilimitado, mantendo-se a ilusão de um corpo único. Os cônjuges tentam inscrever os dois corpos numa psiquê única. O amor é descrito como a busca de unidade dual psíquica, uma tentativa de metabolizar o corpo do outro.

Quando se forma um casal, de um amor recíproco, produz-se em cada um dos pólos da relação um descentramento, dando origem a um “eu conjugal”. Cria-se um psiquismo unificado em seu funcionamento

que tenta inscrever dois somas. O casal, enquanto objeto, é investido amorosamente; há um fascínio pelo vínculo e uma nova economia libidinal rege a díade. Segundo Ruffiot, o casal resulta da conjugação de dois indivíduos distintos, mas o que constitui a sua essência e a natureza de suas dificuldades diz respeito a um aparelho psíquico comum, além dos dois egos individuais.

A teoria freudiana permite uma outra leitura da conjugalidade ao tomar como referência o sujeito e não a relação. Por este enfoque, o interesse pelo casal não se volta para o estudo da interação entre os cônjuges, não é um estudo da relação amorosa, nem tampouco é o estudo de um "eu conjugal". O interesse pelo casal está vinculado às escolhas amorosas de cada sujeito. Tais escolhas remetem à problemática edípica e às tramas identificatórias que marcam a história psíquica do sujeito, portanto à alteridade.

Abordar os conflitos conjugais a partir de uma leitura intersubjetiva implica em considerar as duas subjetividades e a ordem simbólica que as articula, implica em considerar os "encontros" e "desencontros" de dois circuitos pulsionais, dois circuitos fantasmáticos e duas organizações edípicas. A dimensão relacional e as dimensões simbólica e pulsional nela implicadas, devem ser resignificadas a partir do eixo edípico central, lembrando-se que a relação entre sujeitos, sustentada por uma organização simbólica, não exclui a relação imaginária.

A relação amorosa, enquanto relação imaginária, é aprisionadora na medida em que, a busca de um complemento e a tentativa de responder às demandas do parceiro provocam um jogo narcisista que perpetua a alienação.

Alguns sujeitos podem tentar fugir ao desprazer provocado pela angústia de castração através da conjugalidade. Formam laços conjugais, com características perversas, que desempenham uma função imaginária, perpetuando uma cumplicidade dos cônjuges no sentido de impedir a mediação simbólica.

Muitos casais se formam numa tentativa dos sujeitos de solucionar conflitos intrapsíquicos, interditando a expressão de seus próprios desejos.

No entanto, o encontro de duas subjetividades dá margem tanto a repetição quanto à renovação. Em função de suas histórias fantasmáticas, os parceiros podem reforçar no outro um movimento dominante de repetição, fixando-o numa única posição e numa via repetitiva de satisfação libidinal. A conjugalidade, porém, não é necessariamente um fator que inibe a satisfação libidinal, nem o amor está intrinsecamente ligado à busca neurótica do equilíbrio. A relação conjugal ganha em dinamismo quando se transforma em espaço de articulação de diferenças e permite um questionamento constante do seu "equilíbrio". Assim sendo, ao desejo regressivo de se perder no outro contrapõe-se um movimento progressivo, que impulsiona o sujeito no sentido de manter sua subjetividade.

Em qualquer escolha amorosa há condições referidas às respectivas histórias psíquicas, condições que provocam o desejo; isto não significa, entretanto, que, obrigatoriamente, um parceiro compactue com o outro, ou que os campos fantasmáticos sejam necessariamente complementares. Todo laço conjugal comporta complexos jogos de dependência que servem de base a uma erotização mútua, sem que seu funcionamento seja patológico.

Um estudo psicanalítico da conjugalidade deve partir da história de cada parceiro de modo a entender a designação do lugar por ele ocupado e do lugar que destina ao outro. Para compreender a conjugalidade faz-se necessário, portanto, priorizar o Édipo e o conflito na base das escolhas amorosas realizadas, ou seja, partir do conflito edípico organizador das escolhas de cada sujeito e do circuito pulsional em direção ao objeto do desejo.

## Referências Bibliográficas

- AULAGNIER, P.** (1979). *Les destins du plaisir*. Paris: PUF.
- BALINT, M.** (1977). *Le défaut fondamental*. Paris: Payot.
- BERGER, P.L.** (1988). *Le mariage et la construction de la réalité*. Paris: Dialogue, 4.
- FREUD, S.** ([1913] 1990). *Totem e Tabu*. Obras Completas, E.S.B. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_ ([1914] 1990). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Obras Completas, E.S.B. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_ ([1930] 1990). *Mal estar na civilização*. Obras Completas, E.S.B. Rio de Janeiro: Imago.
- LEBOVICI, S.** (1990). *Liens et séparation*. Paris: Dialogue, 2.
- LÉVI-VALÉNSY, E.** (1962). *Le dialogue psychanalytique*. Paris: PUF.
- ROSOLATO, G.** (1967). *Essais sur le symbolique*. Paris: Gallimard.
- RUFFIOT, A.** (1984). *Le couple et l'amour: de l'originare au groupal*. In: Ruffiot, A. (org.) *La thérapie psychanalytique du couple*. Paris: Dunod.



